



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	
Contratante (UASG): UASG 987791	
DISPENSA N° 050/2026	Data da sessão: 19 de junho de 2026
	Horário da sessão: das 08h00 até 14h00
Processo n° 192/2026	Protocolo n° 6495/2026
Itens exclusivos ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
OBJETO: <i>Contratação de empresa para montagem de poço artesiano, incluindo fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, no Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes, no Município de Prudentópolis/PR.</i>	
VALOR MÁXIMO: <i>R\$ 46.316,00 (quarenta e seis mil, trezentos e dezesseis reais)</i>	

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, por meio do Departamento de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – LOTE**, na hipótese do art.75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME n° 67, de 2021, Instrução Normativa n° 001/2023 de Prudentópolis, e demais normas aplicáveis.

Data da Sessão: 19 de junho de 2026

Horário da Fase de Lances: 08h00 até 14h00

Link: www.comprasnet.gov.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO - LOTE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para realizar a *Contratação de empresa para montagem de poço artesiano, incluindo fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, no Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes, no Município de Prudentópolis/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A CONTRATAÇÃO OCORRERÁ CONFORME TABELA ABAIXO



LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
1	Bomba submersa 4" 5HP 19 estágios 220V trifásica.	Unid.	1	R\$ 8.600,00	R\$ 8.600,00
2	Painel de Comando 5CV trifásico 220V.	Unid.	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
3	Cabo PP submersível 3x16mm ² 1Kv.	Metro	260	R\$ 56,00	R\$ 14.560,00
4	Tubo FG barra 6m galvanizado 1.1/2" (parede mín. 3,35mm).	Barra	22	R\$ 390,00	R\$ 8.580,00
5	Luva galvanizada 1.1/2".	Unid.	22	R\$ 38,00	R\$ 836,00
6	Tubo de inspeção PVC 25mm.	Metro	130	R\$ 8,00	R\$ 1.040,00
7	Hidrômetro vazão mínima 10 m ³ /h.	Unid.	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
8	Barrilete completo, especificações IAT-PR.	Unid.	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
9	Bomba dosadora de cloro eletrônica 07 bar.	Unid.	1	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
10	Acionador automático via rádio para bomba.	Unid.	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
11	Serviços de transporte e instalação (incl. ligação do padrão de energia ao painel).	Unid.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

1.2.1. As licitantes deverão, obrigatoriamente, informar a marca do item ofertado em campo específico da plataforma, bem como na proposta enviada durante a fase de julgamento, para que seja possível analisar a conformidade do item com as exigências do edital.

1.2.2. Não serão aceitas descrições genéricas, como "próprio" ou "similar", sob pena de desclassificação. Em casos onde é necessária a indicação do modelo, as mesmas condições serão aplicáveis.

1.2.3. A substituição da marca durante a execução do objeto será autorizada, exclusivamente, quando devidamente comprovada a impossibilidade de cumprimento com a marca ofertada no certame, desde que o fiscal responsável consinta com a substituição por uma marca de qualidade equivalente ou superior àquela originalmente proposta.

1.2.3.1. Na hipótese de autorização da substituição da marca, esta será formalizada por meio de Termo de Apostilamento, precedido de autorização expressa do Prefeito Municipal e de sua respectiva publicação no Diário Oficial, competindo à empresa detentora da Ata de Registro de Preços o acompanhamento dos referidos atos administrativos.



1.3. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 46.316,00 (quarenta e seis mil, trezentos e dezesseis reais).

1.4. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ASSUNÇÃO DAS DESPESAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Órgão/Unidade: 12.001 Função/Subfunção/Programa/Ação: 18.541.2160.2096 Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo Fonte de Recursos: 000, 555
Órgão/Unidade: 12.001 Função/Subfunção/Programa/Ação: 18.541.2160.2096 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica Fonte de Recursos: 000, 555
Órgão/Unidade: 12.002 Função/Subfunção/Programa/Ação: 18.541.2160.2097 Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo Fonte de Recursos: 000
Órgão/Unidade: 12.002 Função/Subfunção/Programa/Ação: 18.541.2160.2097 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica Fonte de Recursos: 000

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.



2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “a” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. As licitantes deverão, obrigatoriamente, informar a marca e o modelo dos itens ofertados em campo específico da plataforma, bem como na proposta enviada durante a fase de julgamento, para que seja possível analisar a conformidade do item com as exigências do aviso de contratação. Não serão aceitas descrições genéricas, como "próprio" ou "similar", sob pena de desclassificação. Em casos onde é necessária a indicação do modelo, as mesmas condições serão aplicáveis.

3.2.2. A substituição da marca durante a execução do objeto será autorizada, exclusivamente, quando devidamente comprovada a impossibilidade de cumprimento com a marca ofertada no certame, desde que o fiscal responsável consinta com a substituição por uma marca de qualidade equivalente ou superior àquela originalmente proposta.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir



do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,01 (hum centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis;

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha



estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

06. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, devendo apresentar os seguintes documentos:

6.1.1. Habilitação Jurídica

6.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



6.1.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

6.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.1.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

6.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.1.2. *Habilitações fiscal, social e trabalhista*

6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

a) *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*



6.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

a) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.1.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

6.1.3. Habilitação econômico-financeira

I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

b) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão.

6.1.4. Habilitação técnica

6.1.4.1. As proponentes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de



participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

6.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, **exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).**

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à **confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF,** o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).



6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.12. Quando convocado via chat pelo agente de contratação, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

07. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.



7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

08. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.



8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



-
- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. As peculiaridades do caso concreto;
 - III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

09. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



-
- 9.1.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.1.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2.** As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
– ANEXO I – Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Prudentópolis, 15 de junho de 2026.

Maricleia Grzeszezyszen

Resp. pela elaboração do Aviso



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência a seguir descrito foi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a quem compete a responsabilidade exclusiva pelas informações técnicas, quantitativas e demais dados nele constantes.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA SECRETARIA SOLICITANTE E/OU PARTICIPANTES

1.1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Prudentópolis – PR, responsável pela infraestrutura de saneamento e abastecimento hídrico do Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis à matéria.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Este instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado no setor responsável da Secretaria demandante, que demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução de captação subterrânea (poço artesiano) para o abastecimento hídrico do Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes.

4. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Conforme indicação da Secretaria demandante, a contratação deverá observar a previsão no Plano de Contratações Anual – PCA, sob o item nº ____, ou, na ausência de previsão, a respectiva justificativa de imprevisibilidade da demanda.

5. DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência visa subsidiar o Departamento de Licitações na elaboração das diretrizes que darão ordem e forma ao processo licitatório para a ***Contratação de empresa especializada para montagem de poço artesiano, incluindo fornecimento de materiais elétricos e***



hidráulicos, no Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes, no Município de Prudentópolis/PR, conforme especificações contidas neste Termo.

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1. A presente contratação visa garantir a adequada estrutura de abastecimento hídrico do Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes, espaço público destinado à realização de eventos institucionais, culturais, turísticos, esportivos e comunitários do Município de Prudentópolis. A implantação e montagem adequada do sistema de poço artesiano é necessária para assegurar a continuidade no fornecimento de água, o melhor atendimento à população e aos visitantes, a redução de custos operacionais com abastecimento e a melhoria da infraestrutura pública municipal.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Conforme o Estudo Técnico Preliminar, a solução compreende o fornecimento integrado e a instalação de sistema completo de poço artesiano, abrangendo, descida da coluna de tubulação galvanizada e da bomba submersa, lançamento do cabeamento submersível, montagem do barrilete padrão IAT-PR e do hidrômetro, instalação do painel de comando, da bomba dosadora de cloro e do acionador automático via rádio, bem como a ligação do padrão de energia ao painel de comando, formando unidade técnica indivisível.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

8.1. ITEM, QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
1	Bomba submersa 4" 5HP 19 estágios 220V trifásica.	Unid.	1	R\$ 8.600,00	R\$ 8.600,00
2	Painel de Comando 5CV trifásico 220V.	Unid.	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
3	Cabo PP submersível 3x16mm ² 1Kv.	Metro	260	R\$ 56,00	R\$ 14.560,00
4	Tubo FG barra 6m galvanizado 1.1/2" (parede mín. 3,35mm).	Barra	22	R\$ 390,00	R\$ 8.580,00
5	Luva galvanizada 1.1/2".	Unid.	22	R\$ 38,00	R\$ 836,00
6	Tubo de inspeção PVC 25mm.	Metro	130	R\$ 8,00	R\$ 1.040,00



7	Hidrômetro vazão mínima 10 m ³ /h.	Unid.	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
8	Barrilete completo, especificações IAT-PR.	Unid.	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
9	Bomba dosadora de cloro eletrônica 07 bar.	Unid.	1	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
10	Acionador automático via rádio para bomba.	Unid.	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
11	Serviços de transporte e instalação (incl. ligação do padrão de energia ao painel).	Unid.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

8.1.1. Especificações técnicas e normas aplicáveis: as instalações elétricas de baixa tensão observarão a ABNT NBR 5410; o hidrômetro deverá possuir certificação metrológica do INMETRO, observada a classe metrológica conforme a Portaria INMETRO n° 246/2000; o barrilete e os respectivos ensaios seguirão os padrões do Instituto Água e Terra do Paraná – IAT-PR. Todos os componentes deverão atender aos padrões mínimos de qualidade de mercado e às especificações do edital.

8.1.2. Metodologia e etapas de execução: instalação da coluna de tubulação galvanizada e descida da bomba submersa; conexão hidráulica (barrilete e hidrômetro) e elétrica (cabearamento, painel de comando e ligação do padrão de energia); instalação da bomba dosadora de cloro e do acionador automático via rádio; recebimento provisório; recebimento definitivo. Cada etapa gera os respectivos entregáveis e registros.

8.1.3. Garantia, assistência técnica e transporte: garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos, instrumentos e componentes (inclusive os componentes dos quadros de comando), contada do recebimento definitivo; assistência técnica durante o período de garantia; embalagem e transporte adequados à integridade dos materiais, por conta da Contratada.

8.2. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

8.2.1. O preço total máximo admitido para a licitação será de **R\$ 46.316,00 (quarenta e seis mil, trezentos e dezesseis reais)**, conforme pesquisa de preços (Relatório de Cotação) anexa aos autos.

8.3. DA JUSTIFICATIVA DO DIMENSIONAMENTO DAS QUANTIDADES (MEMÓRIA DE CÁLCULO)

8.3.1. Cabo PP submersível (260 m): corresponde à profundidade média de instalação da bomba submersa, acrescida da folga técnica e do trecho de ligação até o painel de comando.



8.3.2. Tubo FG 1.1/2" (22 barras de 6 m = 132 m): dimensionamento da coluna de tubulação até a profundidade do poço, com as respectivas luvas galvanizadas (22 unidades).

8.3.3. Tubo de inspeção PVC 25 mm (130 m): destinado ao monitoramento do nível do poço.

8.3.4. Demais itens (01 bomba submersa, 01 painel de comando, 01 hidrômetro, 01 tampa, 01 barrilete, 01 bomba dosadora de cloro e 01 acionador automático): quantidade unitária, por se tratar de sistema único e indivisível.

9. DA NATUREZA E GARANTIA DO OBJETO

9.1. Natureza: contratação de bem com prestação de serviço de instalação, de natureza comum, de execução não contínua, a ser realizada de forma integrada (lote único).

9.2. Garantia: garantia mínima de 12 (doze) meses, contada do recebimento definitivo, cobrindo defeitos de fabricação e falhas de desempenho dos equipamentos e componentes eletromecânicos (bombas, motores, painéis de controle e demais componentes), com reparo ou substituição de peças defeituosas sem ônus para a Contratante, desde que observadas as condições de operação do manual do fabricante.

10. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

10.1. A execução será iniciada em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. O prazo de execução do objeto será de 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

10.2. O local de execução é o Centro de Eventos Terra das Cachoeiras Gigantes, no Município de Prudentópolis – PR.

10.3. A instalação deverá ser realizada por profissionais habilitados, de modo a evitar danos ao equipamento e à estrutura do poço e a garantir a segurança operacional, sendo vedada qualquer execução que comprometa a qualidade da água ou cause poluição superficial ou subterrânea.

11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O objeto será recebido por fiscal designado, da seguinte forma:

a) Provisoriamente – no prazo de até 15 (quinze) dias da conclusão dos serviços, mediante ensaio de vazão e de estanqueidade e verificação inicial do atendimento às especificações técnicas e à qualidade dos materiais e da instalação;

b) Definitivamente – em até 90 (noventa) dias, após a verificação da continuidade do fornecimento;



11.2. São indicadores objetivos de aceitação: vazão mínima de 10 m³/h; pressão mínima na saída igual ou superior a 2,5 kgf/cm²;

11.3. O descumprimento dos critérios ensejará notificação para correção, glosa proporcional e, persistindo a irregularidade, aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. O recebimento definitivo não exige a Contratada das correções de falhas verificadas posteriormente, vinculadas à garantia do objeto.

11.5. Todos os equipamentos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos manuais de operação e certificados de garantia do fabricante, de no mínimo 12 (doze) meses.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, abrangendo a execução (05) cinco dias corridos e o período de garantia dos materiais e serviços.

12.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, na forma da Lei nº 14.133, de 2021, caso haja interesse entre as partes.

13. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. A Contratada prestará assistência técnica para os equipamentos eletromecânicos fornecidos durante todo o período de garantia, atendendo às chamadas de manutenção corretiva decorrentes de defeito de fabricação ou falha de desempenho, sem ônus para a Contratante.

14. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação dar-se-á mediante licitação na modalidade Dispensa Eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de bem e serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. O critério de julgamento será o de menor preço por lote, adotado o modo de disputa aberto, em razão da indivisibilidade técnica do objeto (lote único). Considerando que os mesmos fazem parte de um conjunto de itens necessários para o funcionamento de cada poço.

16. DA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS



16.1. Não se aplica o Sistema de Registro de Preços, por se tratar de contratação de objeto único, com quantitativo determinado e execução integrada, não havendo demanda de fornecimento parcelado ou repetido que justifique a adoção do registro de preços.

17. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. Não se aplica o sigilo do orçamento estimado, que será divulgado no edital e seus anexos, em observância à publicidade e à ampla competitividade do certame.

18. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Serão assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, em especial o tratamento favorecido e a preferência de contratação previstos em seus arts. 42 a 49, observada a possibilidade de aplicação da margem de preferência para a microempresa e empresa de pequeno porte sediadas localmente, quando cabível, nos termos da legislação municipal pertinente.

18.2. Solicitamos para que seja incluído o benefício de porcentagem a empresas locais.

19. DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

19.1. A vistoria ao local de execução é facultativa. A licitante que optar por não realizá-la não poderá alegar desconhecimento das condições locais para eximir-se de obrigações ou pleitear acréscimos, sendo recomendável o conhecimento prévio do local para o adequado dimensionamento da proposta.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. A licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado ou declaração, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já forneceu/executou satisfatoriamente objeto compatível com o ora licitado. O atestado deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, o número do CNPJ e o nome do responsável.

21. DAS AMOSTRAS OU DA PROVA DE CONCEITO

21.1. Não serão exigidas amostras nem prova de conceito, por se tratar de itens com especificações técnicas usuais de mercado, objetivamente definidas neste Termo de Referência.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE



22.1. Em observância ao art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública, serão adotados os seguintes critérios:

- a) Captação subterrânea com a devida outorga de direito de uso de recursos hídricos (Lei nº 9.433/1997 e regulamentação estadual do IAT-PR), preservando os mananciais superficiais;
- b) Preferência por materiais e equipamentos com certificação INMETRO/ABNT e por bomba de elevada eficiência energética;
- c) Gestão dos resíduos da obra (entulho e sobras de tubulação) com destinação adequada, conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002;
- d) Eficiência hídrica, com instalação de hidrômetro que permita o monitoramento do consumo e a detecção de perdas.

23. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA – MATRIZ DE RISCOS

23.1. Fica estabelecida a seguinte matriz de riscos do contrato:

Risco	Probabilidade / Impacto	Responsável / Mitigação
Atraso na entrega da bomba submersa	Alta / Alto	Contratada – cláusula de multa por atraso e admissão de modelo tecnicamente equivalente.
Qualidade do barrilete abaixo do exigido	Média / Alto	Contratada – exigência de conformidade às especificações do IAT-PR como condição de aceite.

24. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

24.1. Não será exigida garantia contratual nem garantia de proposta, em razão do valor e da natureza do objeto, sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada pela execução e pela garantia dos materiais e serviços.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada das certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

I. Ocorrendo atraso no pagamento que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.



II. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento, a Contratada fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando 6% ao ano.

25.2. O pagamento será feito após a liquidação da nota fiscal discriminada de acordo com o objeto do contrato e a requisição de empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

25.3. A Contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado.

25.4. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e o aceite do fiscal do contrato, que se basearão na efetiva execução do objeto.

25.5. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400-000

25.6. Na nota fiscal deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o número do contrato (Dispensa Eletrônica nº ____ e Contrato nº ____), bem como o ATESTO do responsável pelo recebimento, com nome legível, para fins de liquidação da despesa.

25.7. Serão retidos os tributos aplicáveis ao tipo de objeto, observada a legislação vigente (INSS, ISS conforme a Lei Municipal nº 1385/2003 e alterações, e IR conforme o Decreto Municipal nº 469/2023), com o devido destaque na nota fiscal.

25.8. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente por meios eletrônicos disponibilizados pelo sistema bancário (crédito, ordem bancária ou transferência eletrônica), vedada a utilização de cheques, conforme o art. 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR, cabendo à Contratada informar a conta bancária para pagamento.

26. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

26.1. Os preços contratados poderão ser alterados, para mais ou para menos, na hipótese de, após a apresentação da proposta, sobrevir criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133, de 2021.

27. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO



27.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor Willian Marcelo Charnei – Diretor de Saneamento Rural, designado fiscal do contrato.

D) São atribuições do fiscal, entre outras: ler minuciosamente o contrato e conhecer o objeto; zelar pela fiel execução; anotar em documento próprio as ocorrências; determinar a correção de falhas ou defeitos; aplicar as sanções de sua competência; e encaminhar à autoridade superior as providências que ultrapassem o seu nível de competência.

27.2. A gestão do contrato ficará a cargo do Sr. Humberto José Sanches – Secretário Municipal de Meio Ambiente.

27.3. Ficam o fiscal e o gestor cientes da publicação do contrato após as assinaturas e da responsabilidade de acessar as cópias disponibilizadas no site oficial do Município pela Divisão de Contratos.

28. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

28.1. Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada execute o objeto de forma adequada e nas condições estabelecidas, garantindo que o local esteja apto ao recebimento e à execução;

28.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à Contratada;

28.3. Receber, conferir e atestar o objeto, notificando a Contratada quando verificado algum problema;

28.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que não atenda às especificações ou que apresente defeito;

28.5. Acompanhar e fiscalizar a execução por meio de servidor designado, solicitando esclarecimentos e exigindo correções quando necessário;

28.6. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecidos;

28.7. Aplicar as penalidades cabíveis quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

29.1. Executar o objeto em perfeitas condições, no prazo indicado, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, do DATR, do edital e do contrato, primando pela qualidade, celeridade e eficiência;

29.2. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes ao objeto, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes;



-
- 29.3.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente de falhas no fornecimento ou na execução;
- 29.4.** Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 29.5.** Assegurar à Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar ou exigir o refazimento de qualquer serviço em desacordo com as normas ou especificações técnicas, correndo as despesas por conta da Contratada;
- 29.6.** Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais no local indicado, sem custos adicionais;
- 29.7.** Substituir, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, os materiais que apresentarem defeitos, avarias ou desacordo com as especificações;
- 29.8.** Fornecer os manuais de operação e os certificados de garantia dos equipamentos e prestar os esclarecimentos técnicos solicitados;
- 29.9.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia autorização da Contratante;
- 29.10.** Manter atualizados os dados de contato (telefone, e-mail e endereço) no cadastro junto à Contratante.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1.** Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 30.2.** A multa será aplicada na forma e nos percentuais previstos no edital e no contrato, sem prejuízo das demais sanções e da reparação dos danos causados à Administração.

31. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 31.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária a ser indicada pelo Departamento de Contabilidade do Município.

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 32.1.** O contrato poderá ser rescindido pela Administração nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das penalidades e medidas legais cabíveis.



32.2. Todos os equipamentos deverão vir acompanhados dos respectivos manuais e certificados de garantia do fabricante; a instalação deverá ser realizada por profissionais habilitados, sendo vedada execução que prejudique a qualidade da água ou cause poluição superficial ou subterrânea.

32.3. As situações não previstas neste Termo de Referência serão dirimidas com base na Lei nº 14.133, de 2021, e em suas alterações.

33. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

33.1. O Secretário da pasta requisitante, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e alterações, declara que leu, conhece e aprova integralmente o presente Termo de Referência.

Prudentópolis, 09 de junho de 2026.